



O SERVIÇO SOCIAL EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: OS SALDOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

Bruno Alvarenga Ribeiro¹
Aline Mendonça Silva²
Karyne Faria Teixeira³

Resumo

Este ensaio apresenta os resultados parciais da primeira etapa da pesquisa de iniciação científica intitulada “A Produção de Conhecimentos no Curso de Serviço Social do UNIFOR-MG: um levantamento e análise das categorias conceituais presentes nos trabalhos de conclusão de curso produzidos entre os anos de 2010 e 2014”. Ele defende a tese de que o Movimento de Reconceituação contribuiu para a resignificação da atuação profissional do Assistente Social. Este movimento teve como saldo positivo a definição da Questão Social como objeto de intervenção do Serviço Social e a incorporação da categoria trabalho ao arsenal teórico da categoria profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão Social. Categoria Trabalho. Movimento de Reconceituação.

1 INTRODUÇÃO

O que se defende neste ensaio é que o Movimento de Reconceituação teve grande importância para a eleição da Questão Social como objeto de estudos e intervenção do Serviço Social, como também aproximou a profissão da Teoria Social Crítica de Marx. Por sua vez, esta aproximação foi fundamental para a incorporação da categoria trabalho ao arsenal teórico do Serviço Social. E tão somente por causa dessa aproximação é que a categoria profissional dos Assistentes Sociais acabou fazendo em seu projeto ético-político uma opção preferencial pelos trabalhadores.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL: MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E CATEGORIA TRABALHO

Para um melhor entendimento de como se deu a incorporação da categoria trabalho ao arsenal teórico do Serviço Social, que conseqüentemente levou à eleição da Questão Social como objeto de estudos e intervenção da categoria profissional dos Assistentes Sociais, é necessário recobrir a história da profissão. Nesta história se faz evidente como o rompimento com as bases conservadoras da atuação profissional colocou o Serviço Social em contato com os trabalhadores e com o mundo do trabalho, tendo o Movimento de Reconceituação um papel importante em todo este processo. Portanto, é relevante iniciar esta reflexão resgatando as condições históricas responsáveis pelo surgimento do Serviço Social.

É unânime na literatura que retrata a história do Serviço Social, que o seu surgimento está embrionariamente ligado à origem da Questão Social. E mais do que isso, que o Serviço Social surge como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho para

¹ br.alvarenga@yahoo.com.br - Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG).

² alinem15@hotmail.com - Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG).

³ kakaluna2009@hotmail.com - Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

administrar as refrações da Questão Social, primeiro colocando-se numa posição subserviente com relação ao capital, reproduzindo, desta forma, a hegemonia das classes dominantes e posteriormente assumindo uma postura crítica com relação às mazelas sociais decorrentes da apropriação privada dos meios de produção.

Esta postura crítica é um produto do que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação, movimento que entre as décadas de 1960 e 1980 promoveu uma ruptura com as bases mais conservadoras da profissão, sendo ele mesmo uma tradução do processo de organização dos movimentos sociais que buscaram a libertação das amarras impostas à América Latina pelo imperialismo norte-americano. De acordo com Faleiros (1999), é a partir deste contexto que o Movimento de Reconceituação deve ser compreendido.

A hegemonia americana no continente é o ponto-chave de desafio histórico dos movimentos sociais e o limite de manutenção das próprias classes dominantes internas. Esse limite não se coloca de forma estanque e rígida, mas amplia-se ou se retrai diante dos interesses econômicos em jogo e das concessões políticas possíveis. (FALEIROS, 1999, p. 142).

Logo adiante, Faleiros acrescenta que neste contexto, o Serviço Social, não somente ele, mas também os movimentos sociais, passaram a questionar o modo de organização da vida em sociedade regida pela acumulação de capital:

Assim, as pressões da sociedade por mudanças levaram-nos a questionar a propriedade da terra, a internacionalização da economia, a dívida externa, os mecanismos de dominação do Estado. O próprio imperialismo mudou sua forma de dominação, priorizando os mecanismos financeiros e tecnológicos, em detrimento da propriedade direta de empresas. (FALEIROS, 1999, p. 142).

Faleiros ainda insiste que a conjuntura marcada pelo capital monopolista e pelo imperialismo norte-americano lança luz sobre o entendimento do que foi para o Serviço Social, o Movimento de Reconceituação.

É nessa conjuntura que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora. (FALEIROS, 1999, p. 143).

É notável, portanto, que o Movimento de Reconceituação não foi um movimento isolado. Ele é mais do que o movimento de uma categoria profissional. Enquanto movimento, ele é representativo da efervescência social que surge na esteira da contestação da dominação engendrada pelo capital. Isso esclarece algo sobre o Serviço Social. Enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social não está livre das contradições produzidas pela apropriação privada dos meios de produção, que coloca de um lado os que são proprietários destes meios e de outro os que só têm a sua força de trabalho como única alternativa para garantir a própria sobrevivência. Disso resulta que “os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.” (MACHADO, 1999, p. 42).

Aqui está um ponto fulcral para o Serviço Social. Sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, o transformou em um instrumento a serviço da acumulação capitalista, e o que o Movimento de Reconceituação coloca em questão é esta funcionalidade com



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

relação aos anseios das classes dominantes, que desejosas de manterem a sua hegemonia, se apropriaram da profissão e a transformaram num fazer cuja função é garantir a reprodução da ordem do capital. Isso quer dizer que houve um tempo, em que o Serviço Social se colocava a serviço das classes dominantes sem questionar a sua própria atuação. A ausência deste questionamento, inevitavelmente, levou a profissão a produzir um silêncio sobre o seu objeto de estudos e intervenção, pois realizar qualquer pronunciamento a esse respeito poderia conduzi-la a uma opção preferencial por aqueles que sofriam com a pauperização produzida pela acumulação e concentração de capital. Depreende-se desta questão, que o Serviço Social não esteve isento das agruras da alienação, que segundo Kindi (2013), compreende

o resultado na sociedade capitalista, da transformação do trabalho humano gerador de valor de uso em trabalho capitalista gerador de valor de troca, ou seja, o trabalho perdeu o seu fim em si mesmo que é gerar valores de uso e se torna mera operação para transformar os meios de produção em mercadorias e o trabalhador fica aliado deste processo, pois no trabalho alienado, o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, que se vê numa atividade estranha e alienada. Também, em função do trabalho parcelado, o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho e por isso é alienado. Por fim a alienação ocorre porque o trabalhador vê como natural o processo de trabalho que é produto de condições históricas. (KINDI, 2013, p. 14-15).

O Serviço Social não transforma diretamente valor de uso em valor de troca, mas contribui para reproduzir a mão de obra do trabalhador, e nos primórdios da institucionalização da profissão na América Latina e também no Brasil, quando ela existia apenas em suas protoformas e estava ligada, sobretudo, à Igreja Católica, isso nos idos das décadas de 1920 e 1930, esta reprodução era colocada em prática sem nenhum questionamento. É neste sentido que Iamamoto e Carvalho (2006) afirmam que

o projeto teórico – e as práticas incipientes desenvolvidas – dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para a sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 212).

A reprodução do proletariado é tomada como algo natural. Ela não é inserida na reprodução da ordem capitalista, sendo, portanto, descontextualizada de toda a sua historicidade, o que evidencia, sobretudo, a materialização da alienação que se concretiza por meio da atuação do Assistente Social. É por isso que Iamamoto e Carvalho mencionam que

atuando [...] sobre a reprodução material do proletariado, os Assistentes Sociais agem ou projetam agir com sua visão do mundo, própria de sua posição de classe. A representação que fazem do proletariado e dos problemas sociais e que legitima para si mesmos sua intervenção são aquelas produzidas pelas classes e frações de classe dominantes, necessárias à reprodução das relações sociais de produção capitalistas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 213).

Portanto, para que seja compreendida a institucionalização do Serviço Social na América Latina e Brasil, é importante retornar às protoformas da profissão e à sua ligação embrionária com a Questão Social, ligação mencionada nas linhas iniciais deste texto sem maiores considerações. Este retorno permitirá entender algumas coisas: 1) Como foram edificadas as bases conservadoras do Serviço Social; 2) Como estas bases foram funcionais aos anseios das classes dominantes; 3) Como o Serviço Social foi inserido na



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

dinâmica da reprodução das relações sociais de produção e como a origem da Questão Social condicionou esta inserção; 4) Como através do Movimento de Reconceituação a categoria trabalho foi inserida no arsenal teórico do Serviço Social e a Questão Social foi adotada como objeto de estudos e de intervenção da profissão, e, como, sobretudo, esta adoção foi determinante, para que as contradições da sociedade capitalista fossem pensadas em sua relação com o modo de produção e não mais como responsabilidade do indivíduo; 5) Por último, mas não menos importante, será salientado que ao incorporar a categoria trabalho ao seu arsenal teórico e ao assumir a Questão Social como objeto de intervenção, o Serviço Social muda a sua forma de ocupação dos espaços sócio-ocupacionais em que se fazia presente, contribuindo, desta forma, para que a intervenção sobre as diversas refrações da Questão Social fossem pensadas a partir da noção de direito social. Conforme Couto (2008, p. 183), faz parte desta noção “a ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos homens para viver com dignidade serão assumidas coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas.”

A noção de direito social insere a Questão Social na agenda pública como problema de política e não como caso de polícia, como nos primórdios da sua origem no século XIX e ao longo de boa parte do século XX. Mas o que é Questão Social? A Questão Social pode ser entendida como

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

Sobretudo, é importante salientar que o que marca a Questão Social é a entrada da classe trabalhadora no cenário político da sociedade, entrada que vai evidenciar a oposição de forças existentes entre burguesia e proletariado.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

A entrada do operariado no cenário político da sociedade capitalista no século XIX vai ser tratada ora como caso de polícia, ora como problema de política. As protoformas do Serviço Social estão ligadas aos casos em que a Questão Social foi tratada como alvo da caridade institucionalizada por meio das ações da Igreja Católica e isso aconteceu nos países em que o catolicismo era a religião oficial, e através das ações da Igreja Evangélica, como no caso da Inglaterra, em que o protestantismo foi adotado como a religião oficial do país. Na Inglaterra, surgiu a primeira tentativa de sistematização e racionalização da caridade, o que ocorreu por meio da Sociedade de Organização da Caridade.

A Inglaterra, em função de suas circunstâncias históricas e da longa convivência com a miséria generalizada, fora o primeiro país da Europa a criar não só uma legislação específica para atendimento da "questão social", mas um organismo encarregado de racionalizar e normatizar a prática da assistência. Já em 1869, momento de agravamento das crises socioeconômicas que precederam a Grande Depressão, membros da alta burguesia haviam criado a Sociedade de Organização da Caridade, unindo esforços da Igreja Evangélica e da classe dominante. (MARTINELLI, 2000, p. 83-84).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Mais tarde, a caridade institucionalizada vai perdendo terreno para as políticas sociais, algo que aconteceu à medida que os trabalhadores foram se organizando e exigindo o reconhecimento dos seus direitos. É importante salientar que a racionalização da caridade, o que deu a ela feições assistenciais, vai se consolidar na sociedade por meio da vasta rede capilarizada de instituições que tinham suas raízes nas ações das igrejas, em especial nas ações da Igreja Católica. No caso da Igreja Católica, suas paróquias, movimentos e associações forneceram o suporte para que essa sistematização se efetivasse e cumprisse o seu papel de reproduzir a hegemonia das classes dominantes.

Os agentes sociais também cumpriram um papel muito importante neste processo, sendo eles os primeiros Assistentes Sociais de que se tem registro na história. Martinelli (2000) assinala que os agentes sociais reproduziram e fortaleceram o vínculo entre a sua prática e os interesses do capital ao serem absorvidos pelo aparato institucional criado pela burguesia. Estes foram encontrar suporte para o seu agir na Doutrina Social da Igreja Católica, que tanto influenciou a atuação dos agentes sociais na Europa, como também influenciou a atuação dos primeiros Assistentes Sociais na América Latina nas décadas de 1920 e 1930. Fato marcante é que na América Latina as primeiras escolas de Serviço Social receberam forte influência da Escola Europeia, que bebendo na Doutrina Social da Igreja, formatou um Serviço Social nos moldes da caridade e do assistencialismo. Aqui como na Europa, as escolas de Serviço Social também encontraram na vasta rede capilarizada de instituições da Igreja Católica, o suporte para difundir os seus ensinamentos e para fundar novas escolas por todo o continente.

Pelo que se vê, o conservadorismo nos primórdios do Serviço Social na América Latina, tem sua origem na influência recebida da Escola de Serviço Social Europeia. Por sua vez, esta escola nutriu-se dos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja. Consequentemente o conservadorismo do Serviço Social Latino-Americano, também tem suas raízes na Doutrina Social da Igreja Católica. Mas é bom lembrar o que assinala Castro (2000): o Serviço Social latino-americano não pode ser tratado apenas como um reflexo do Serviço Social Europeu. A subordinação do Serviço Social latino-americano à Escola Europeia, é representativa da situação de subordinação econômica do continente com relação aos países mais desenvolvidos da Europa (CASTRO, 2000). Castro (2000) ainda salienta que para as classes dominantes da América Latina a Europa era mais do que um mercado de produtos. O continente europeu era também um mercado de ideias sobre como melhor administrar os recursos públicos, o que inclui as formas de enfrentamento das mobilizações organizadas pela classe trabalhadora.

A exemplo da Igreja Europeia, a Igreja na América Latina também se aliou à burguesia. Mas aqui esta aliança esteve relacionada ao fim do estatuto colonial. Com o enfraquecimento do modelo agrário-exportador, a Igreja se vê obrigada a rever as suas estratégias e estabelecer uma aliança com a burguesia industrial. E sendo ela a principal formadora dos primeiros Assistentes Sociais, ao longo da década de 1930, a referida aliança é percebida nos critérios de seleção utilizados para selecionar as alunas que recebiam a formação proporcionada por suas escolas:

A prática que orientava a seleção diferia conforme os casos, mas se direcionava sempre segundo um óbvio elitismo, de modo que quase só as "damas da sociedade" conseguiam preencher tais requisitos – e isto sem mencionar as taxas de matrícula e, ainda, todas as provas de uma sólida educação religiosa. (CASTRO, 2000, p. 79).

O óbvio elitismo é um retrato de como a Questão Social era entendida e deveria ser tratada. Era entendida como um problema do indivíduo, e só as damas conceituadas da sociedade com os seus bons exemplos de vida, poderiam constituir-se como fonte de



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

inspiração para aqueles que se encontravam em condições de pauperismo. Em última instância, elas eram a vitrine do capitalismo e reproduziam em suas ações a lógica bíblica que ensina que o exemplo convence mais do que as palavras. Era a lógica do ensinamento bíblico a serviço da reprodução do capital. Portanto, a maneira de tratar a Questão Social condicionou a forma de inserção do Serviço Social na dinâmica das relações sociais de produção, ou seja, esta inserção se deu pela via da reprodução destas relações. Em outras palavras, o tratamento da Questão Social pela via da caridade possibilitou o barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho e obstruiu a luta dos operários por uma melhoria dos seus salários.

Realizada com profunda fé religiosa e dedicada caridade ao próximo, a distribuição de alimentos, de roupas, remédios, leite para crianças etc. dava lugar – objetivamente – ao barateamento da força de trabalho operária ou, no mínimo, ao bloqueio da luta reivindicatória por uma melhoria do seu preço, com o consequente proveito essencial para os donos do capital e do poder. (CASTRO, 2000, p. 66).

Com o avanço e aprofundamento da industrialização ao longo das décadas de 1940 e 1950, que alcançou no Brasil a sua maior expansão durante o regime militar, a Questão Social começa a ser incorporada na agenda pública. Dois desdobramentos surgem desta incorporação. Em primeiro lugar são criados novos espaços sócio-ocupacionais que passaram a ser ocupados pelos Assistentes Sociais. Estes espaços se originaram da implementação de políticas sociais. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006), as políticas sociais se subordinam aos interesses políticos e econômicos das instituições que são responsáveis por sua administração. Entendendo, por sua vez, que tais instituições estão subordinadas aos interesses das classes dominantes, conclui-se, que as políticas sociais servem ao propósito de garantirem a reprodução da força de trabalho necessária à ampliação do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Em segundo lugar, a ocupação destes novos espaços sócio-ocupacionais exigiu do Assistente Social um novo perfil profissional, um perfil que não estivesse totalmente comprometido com as bases confessionais do Serviço Social tradicional e que voltasse a sua atenção para uma atuação mais tecnocrática, uma atuação capaz de atender às exigências do desenvolvimentismo. É neste interim que o Serviço Social vai sofrer as influências da Escola de Serviço Social Norte-Americana e acaba adotando os métodos do Serviço Social de Casos e de Grupos e também o método do Serviço Social de Comunidades.

Castro (2000) menciona que o Serviço Social de Comunidades visou o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e assegurou a hegemonia norte-americana no continente. Além disso, as políticas de desenvolvimento de comunidade expuseram o Serviço Social à influência das teorias funcionalistas e ao desenvolvimentismo. O que importa captar deste momento é que surge um profissional com um perfil mais tecnocrático, e ao se referir à realidade brasileira, principalmente no período da vigência do regime militar, Netto (2005) afirma que ao exigir um novo perfil profissional para atuar nas diversas refrações da Questão Social, a autocracia burguesa cria o espaço para que sejam gestados novos projetos profissionais no interior do Serviço Social. Netto (2005) fala de três projetos: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (Movimento de Reconceituação). Os dois primeiros projetos foram afirmados nos encontros de teorização do Serviço Social brasileiro que ocorreram em Araxá, em 1967 e em Teresópolis, em 1970.

Para o propósito deste texto, o que interessa é focar sobre o projeto da intenção de ruptura, projeto que se materializou por meio do Movimento de Reconceituação. Não que os outros projetos não sejam importantes, mas em síntese eles não conseguiram superar as bases mais conservadoras da atuação profissional do Assistente Social. A perspectiva



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

modernizadora, apenas inseriu os valores tradicionais da profissão numa moldura mais técnica, enquanto a reatualização do conservadorismo buscou o seu substrato teórico na valorização da subjetividade e no intento da humanização, o que só serviu para reproduzir formas tradicionais de atuação calcadas na ajuda psicossocial. (NETTO, 2005).

De acordo com Netto (2005), a intenção de ruptura pretendeu romper com a perspectiva modernizadora e também com a reatualização conservadora, e esta pretensão foi se fortalecendo à medida que o Serviço Social aglutinou em seu interior reflexões produzidas a partir de uma aproximação com a tradição marxista. A intenção de ruptura ganhou notoriedade com o “Método Belo Horizonte”. O “Método Belo Horizonte”, foi um trabalho pioneiro levado a cabo durante a década de 1970, sob os auspícios da autocracia burguesa. Sua proposta ofereceu uma alternativa ao tradicionalismo e construiu uma reflexão que retratou a condição de classe da categoria e que, sobretudo a aproximou dos interesses das classes subalternas. (NETTO, 2005). Foi a primeira vez que o Serviço Social brasileiro se aproximou da tradição marxista. Netto (2005) salienta que foi um marxismo sem Marx, mas que mesmo assim pode ser considerado um avanço se for levado em conta a aproximação que o Serviço Social começou a estabelecer com os trabalhadores. A proximidade com a classe trabalhadora, que marca a incorporação da categoria trabalho ao arsenal teórico do Serviço Social, com todas as implicações advindas desta incorporação, como, por exemplo, a de se considerar a Questão Social como um produto do modo de sociabilidade capitalista, ganhou relevo no Código de Ética formulado em 1986:

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora. (CFESS, 1986, p. 01).

Portanto, a década de 1980 foi muito fecunda para o Serviço Social. Muitas produções teóricas contribuíram para o amadurecimento da profissão. Uma destas produções merece destaque em função da sua relevância. Trata-se da produção de Marilda lamamoto e Raul Carvalho: *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de 1982. Zacarias (2013, p. 61) considera esta obra um divisor de águas, pois “foi o primeiro trabalho que buscou, diretamente na obra de Karl Marx, as referências teóricas hegemônicas na literatura e no projeto profissional.” Sendo assim, esta foi uma década em que muitas mudanças foram alcançadas no interior do Serviço Social.

Todas estas mudanças se inseriram no bojo das transformações marcadas pelo fim da ditadura e pela ascensão dos movimentos democráticos, movimentos que tiveram suas conquistas materializadas na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Por conseguinte, a elaboração de um novo projeto de atuação profissional para o Serviço Social, conhecido como projeto ético-político, acompanhou a ascensão da democracia e o declínio do regime militar: “[...] a construção deste projeto profissional acompanhou a curva ascendente do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, tencionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988.” (NETTO, 1999, p. 18).

Das conquistas obtidas com a CF/88, podem ser assinaladas a expansão dos direitos trabalhistas e o reconhecimento dos direitos sociais. Estes últimos ganham corporeidade com o tripé da seguridade social: saúde, previdência e assistência social. É neste contexto que são travadas as lutas pela consolidação do projeto ético-político do



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Serviço Social. Alguns documentos importantes compõem o projeto ético-político da profissão. Um deles é o código de ética de 1993, que é uma revisão do código de 1986. A partir dessa revisão a liberdade é assumida como valor ético central, o que expressa o desejo da categoria em reunir forças para lutar contra toda forma de opressão, mas principalmente a opressão engendrada a partir da exploração do trabalho pelo capital. Outros documentos se destacam: a lei 8.662 de 07 de Junho de 1993, lei que regulamenta a profissão e resguarda o exercício profissional e as diretrizes curriculares de 1996. Estas diretrizes reafirmam o compromisso do Serviço Social com uma formação fundamentada numa análise crítica da realidade social.

As Diretrizes Curriculares apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional, tendo como conteúdos: formação e trabalho profissional. Tais conteúdos, vinculados à realidade social, conformam os núcleos que embasam as novas diretrizes curriculares em processo de implantação e implementação dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino, consolidando a apreensão crítica dos processos sociais na perspectiva da totalidade. (KONNO, 2005, s/p).

O novo currículo parte da reafirmação do “[...] trabalho como atividade central da constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas.” (ABEPSS, 1996, p. 07-08). O que o novo currículo evidencia é que a profissão trouxe a categoria trabalho para dentro do debate a respeito da formação do ser social, o que revela os vínculos estabelecidos com o marxismo a partir do Movimento de Reconceituação. Por sua vez, estes vínculos permitiram que o conservadorismo fosse superado, ao menos em tese, e que a formação da realidade social fosse compreendida a partir de uma perspectiva interessada em captar as contradições que lhe conferem sustentação e que ao mesmo tempo denunciam os mecanismos que submetem o universo humano à lógica da exploração. E é esta exploração que o projeto ético-político do Serviço Social pretende denunciar.

Portanto, a consolidação do projeto ético político representa para o Serviço Social a materialização do exercício profissional enquanto meio para garantir a preservação da luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Mais do que isso, o projeto ético político ao assumir a luta dos trabalhadores como a luta do Serviço Social, incorpora ao seu arsenal teórico a categoria trabalho enquanto categoria ontológica, ou seja, enquanto categoria explicativa das contradições que perpassam o funcionamento da sociedade capitalista e enquanto categoria fundante do ser social. Por conseguinte, ao incorporar a categoria trabalho ao seu arsenal teórico, o Serviço Social, adota, definitivamente, a Questão Social como seu objeto de estudos e intervenção, entendendo que esta é senão os produtos da forma como o trabalho é realizado no modo de sociabilidade capitalista.

Sobre a Questão Social, é bom recordar que ela não é uma coisa. Enquanto categoria conceitual, a Questão Social não pode ser observada e nem mesmo tocada.

Como toda categoria arrancada do real, nós não vemos a questão social, vemos suas expressões: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a favela, a falta de leito em hospitais, a violência, a inadimplência, etc. Assim é que, a questão social só se nos apresenta nas suas objetivações, em concretos que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população. (MACHADO, 1999, p. 43).

Portanto, o grande saldo do Movimento de Reconceituação foi incorporar a categoria trabalho ao arsenal teórico do Serviço Social e como consequência dessa incorporação



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

assumir a Questão Social como objeto de intervenção da profissão. Em decorrência disso, a forma de atuação do Assistente Social é ressignificada, fazendo com que os espaços sócio-ocupacionais ocupados pela profissão se transformem em arenas de lutas pela consolidação dos direitos da classe trabalhadora e de todos aqueles que vitimizados pela exploração capitalista, têm poucas condições de lutarem por uma vida mais digna. Todavia, isso não quer dizer que o movimento tenha se esgotado, pois ainda existem algumas batalhas que precisam ser travadas. Faleiros (1999, p. 161) fornece algumas indicações sobre essas batalhas: “A reconceituação não acabou. Chegou a hora de seu amadurecimento no confronto com as concepções neoconservadoras e neoliberais que ainda querem restaurar o tecnocratismo sob o mando da participação limitada.” Faleiros ainda lembra que

a reconceituação do Serviço Social não consiste numa revolução da assistência à transformação, mas na luta constante pela construção de uma sociedade sem exploração e dominação mudando-se as relações pessoais, políticas e ideológica e econômicas nas diferentes instituições da cotidianidade. (1999, p. 161).

3 CONCLUSÃO

A história do Serviço Social demonstra que a sua institucionalização não esteve livre dos condicionamentos sociais e econômicos que dão materialidade aos conflitos que se originam da apropriação privada dos meios de produção. Sobretudo, assinala que estes conflitos marcam o surgimento das suas protoformas, que como foi visto, estão relacionadas à origem da Questão Social.

No entanto, um longo caminho teve que ser percorrido até que o Serviço Social assumisse a Questão Social como objeto da sua intervenção. Neste caminho o Movimento de Reconceituação desempenhou um importante papel. Ele teve como saldo positivo a incorporação da categoria trabalho ao arsenal teórico do Serviço Social e a eleição da Questão Social como objeto de estudos e intervenção da profissão. Por sua vez, este saldo ganhou visibilidade através da formulação do projeto ético-político que fornece as diretrizes para a atuação profissional do Assistente Social, projeto que se materializou por meio do código de ética de 1993, da lei que regulamenta a profissão e das diretrizes curriculares de 1996. Todos estes documentos conformam o projeto ético-político que assume a liberdade como valor central e o trabalho como atividade constituinte do ser social. Sendo assim, o exercício profissional deve ter como intencionalidade a ampliação dos espaços em que a liberdade possa ser usufruída, algo que vai se efetivar na medida em que toda forma de trabalho que oprime o homem for submetida ao escrutínio da análise crítica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do Assistente Social de 1986**. Rio de Janeiro, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, V. **Estratégias em Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KINDI, E. **Os Sentidos de Experiências de Trabalho em Tempos de Flexibilização.** 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KONNO, C. C. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. In: 2º SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2005, Cascavel. **Anais eletrônicos...** Cascavel: UNIOESTE, 2005. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS40.pdf> Acesso em: 11 abr. 2015.

MACHADO, E. M. Questão Social: objeto do Serviço Social? **Serviço Social em revista,** Londrina, v. 2, n. 2, p. 39-47, Jul./Dez. 1999.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Brasília, p. 1-22, 1999.

_____, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 8 ed. São Paulo: Cortez 2005.

ZACARIAS, I. R. **A Influência da Teoria Marxiana no Trabalho do Assistente Social.** 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.